

## CONSTRUÇÃO DAS (RE)EXISTÊNCIAS FRENTE AO EXTRATIVISMO MINERAL: EXPERIÊNCIAS DE CONTESTAÇÃO E LUTA EM GOIÁS, BRASIL

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves<sup>1</sup>  
Anna Lígia Alves Coelho<sup>2</sup>

### Resumo

A expansão contemporânea do capitalismo para novas fronteiras de acumulação expressa a transformações de recursos territoriais em *commodities*. Portanto, a mineração torna-se um setor estratégico para o capital e sua lógica mercantil. Neste sentido, o objetivo da pesquisa é analisar as experiências de organização coletiva, contestação e luta que compõem a construção das *(Re)Existências* por camponeses e demais trabalhadores impactados por grandes projetos de mineração em Goiás, Brasil. Para isso, os municípios de Catalão e Ouidor, localizados no Sudeste do estado, constituem o recorte espacial da pesquisa. Os procedimentos metodológicos baseiam-se em técnicas de investigação qualitativa como pesquisa de campo, entrevistas, observação direta e diário de campo. O processo de pilhagem ambiental e do trabalho imposto pelo setor mineral depara também com resistências construídas pelos sujeitos nos seus territórios. No território goiano esta realidade contraditória e conflituosa é constatada por meio da leitura geográfica da mineração proposta nesta pesquisa.

**Palavras-Chave:** Território. Grandes projetos de mineração. Capitalismo extrativista. (Re)Existência.

### Introdução

Exportamos produtos ou exportamos solos e solos? Salva-vidas de chumbo: em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações mineiras e as plantações gigantescas arrasam os bosques naturais, envenenam a terra, esgotam a água e aniquilam pequenos plantios e as hortas familiares. Essas empresas todo-poderosas, altamente modernizadas, prometem mil empregos, mas ocupam bem poucos braços (GALEANO, 2010, p. 7).

A epígrafe acima, extraída do livro *Veias abertas da América Latina*, do escritor uruguaio Eduardo Galeano, fertiliza a reflexão de pesquisadores e militantes sobre práticas de pilhagem de recursos territoriais pelo modelo de mineração vigente no Brasil e em demais países da América Latina como Chile, Peru, Argentina e México. A exploração mineral nestes territórios deixa rastros de espoliação e esgotamento ambiental para extrair cada tonelada de

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá e do Mestrado Acadêmico em Língua, Literatura e Interculturalidade – POSLLI, da UEG – Campus Cora Coralina. Pesquisador colaborador dos grupos Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/UFJF) e Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU/UFG). Correio eletrônico: ricardo.goncalves@ueg.br

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. Correio Eletrônico: annaligiagiac@gmail.com

ferro, nióbio, níquel, cobre e demais minérios que desempenham um papel estratégico na fase contemporânea do capitalismo mundial.

Na primeira década do século XXI, o Brasil e demais países da América Latina foram impactados pelo *boom das commodities* minerais, com a China liderando importações de minérios como o ferro extraído no território brasileiro. Verificou-se assim, a expansão do capitalismo extrativista (PETRAS, 2014) para novas fronteiras de acumulação.

O modelo neodesenvolvimentista que marca esse processo imprimiu aos lugares novas racionalidades e funções da produção e troca de mercadoria, aumentando, especialmente, os ritmos extrativos de recursos naturais para abastecer as demandas internacionais por *commodities*. Por consequência, paisagens naturais são erodidas, camponeses e Povos Tradicionais são expropriados e a força física de trabalhadores é mobilizada e exaurida pela superexploração do trabalho. Estas observações esclarecem que o modelo mineral baseado nos grandes projetos de extrativistas de minérios fortalece estratégias de controle do trabalho e apropriação privada e desigual dos territórios. A escala da produção e exportação, os métodos e ritmos extrativos, assim como o uso e desperdício dos próprios minérios, água e energia revelam a “insustentabilidade do desenvolvimento” e a “irracionalidade sistêmica do capital” (MÉSZÁROS, 2007) em países e regiões dependentes dos empreendimentos de mineração.

Com efeito, Goiás ocupa a terceira posição – depois de Minas Gerais e Pará – entre os principais territórios de extrativismo mineral no Brasil. O Estado é o principal produtor de amianto (com participação de 100% do minério produzido no país) e níquel (com participação de 85,6% da produção nacional), é o segundo maior produtor de rocha fosfática (com participação de 35,4%) e nióbio (com participação de 12,9%). Além disso, é o quarto maior produtor de ouro, com participação de 13,2% da produção nacional (DNPM, 2014).

A exploração mineral no território goiano, controlada por grandes empresas de grupos nacionais e transnacionais, como Anglo American, Vale S.A, SAMA S.A, AngloGold Ashanti e Votorantim, revela a relação entre o domínio econômico do território e a ligação com a matéria prima mineral. O conjunto de impactos nas Comunidades, no meio ambiente, no estado de saúde dos trabalhadores, interferência na organização da propriedade fundiária

ou expropriação dos camponeses de suas terras expõe o que Harvey (2013) denomina de “acumulação por espoliação”.

No entanto, diante da territorialização e ofensiva do capital minerador, estratégias de organização coletiva e *(Re)Existências* tem sido construídas no Brasil. A criação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração, Movimento pela Soberania na Mineração (MAM)<sup>3</sup>, Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale e demais lutas em diferentes municípios e estados brasileiros como a Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous, em Viçosa/MG, Rede de Acompanhamento e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio (Reaja), em Conceição do Mato Dentro/MG, e a Justiça nos Trilhos, que atua em territórios impactados pela Ferrovia dos Carajás no Maranhão, são exemplos de movimentos de contestação ao modelo mineral predatório no país.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa é analisar as experiências de organização coletiva, contestação e luta que compõem a construção das *(Re)Existências* por camponeses e demais trabalhadores impactados por grandes projetos de mineração em Goiás, Brasil. Para isso, os municípios de Catalão e Ouidor, localizados no Sudeste do estado, constituem o recorte espacial da pesquisa. Os procedimentos metodológicos baseiam-se em técnicas de investigação qualitativa como pesquisa de campo, entrevistas, observação direta e diário de campo. Assim, no conjunto das metodologias qualitativas, a pesquisa de campo se insere na fase de pesquisa denominada documentação direta e consiste no levantamento de informações onde os fenômenos ocorrem. Ela permite a inserção do pesquisador no movimento da realidade que se propôs pesquisar, transformando teorias, abstrações filosóficas em experiências reais e concretas assentadas na observação da realidade com suas contradições e conflitos.

Referenciado em pesquisas de campo realizadas nos municípios de Catalão e Ouidor, constatou-se que as ações do Movimento Camponês Popular (MCP) e o MAM, aliados a entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) revelam novas experiências de lutas por permanência nos territórios. *(Re)Existências* a partir da organização dos sujeitos em movimentos sociais, sindicais ou associativos, mas, também construídas nas práticas culturais cotidianas. Com efeito, a leitura

---

<sup>3</sup> **Ver:** [mamnacional.org.br/mam/quem-somos/](http://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/)

geográfica desse processo também contribui para compreender as contradições do modelo extrativista mineral em Goiás e no Brasil.

### **A expansão do capitalismo extrativista em Goiás nos primeiros anos do século XXI**

No decorrer da década de 2000 e início da segunda década do século XXI houve um incremento significativo nas cifras da extração mineral no território goiano, em estreita relação com a conjuntura do *superciclo das commodities minerais*, liderada pelo salto vertical dos preços de minérios como o ferro, carvão mineral, níquel e cobre. Essa constatação também está inserida no contexto de reprimarização da pauta exportadora brasileira, especialmente para atender demandas de países como a China. Portanto, os minérios extraídos do subsolo e comercializados no exterior também contribuem para revelar a inserção geopolítica da economia brasileira na Divisão Internacional do Trabalho enquanto exportadora de produtos primários (GONÇALVES, 2016).

Desse modo, o peso da mineração na economia goiana e especialmente nos municípios mineradores, foi incrementado com o aumento do volume de minérios extraídos e das cifras de comercialização no interior do *superciclo das commodities* no início do século XXI. (Tabela 1).

**Tabela 1** - Produção e valor comercializado, por minério e municípios em Goiás – 2004, 2008 e 2012.

MINÉRIOS/ MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO					
	2004		2008		2012	
	Produção (t e Kg/ouro)	Valor das vendas (R\$)	Produção (t e Kg/ouro)	Valor das vendas (R\$)	Produção (t e Kg/ouro)	Valor das vendas (R\$)
<b>Ouro</b>	<b>8.552</b>	<b>354.872.236,97</b>	<b>11.861</b>	<b>563.579.227,94</b>	<b>14.956,39</b>	<b>1.159.939.524,77</b>
Alto Horizonte	-	-	6.414	290.072.389,94	3.722,00	398.483.409,63
Cavalcante	-	-	-	-	200,00	20.255.198,21
Crixás	5.820	221.985.677,37	5.447	273.506.838,00	11.034,39	741.200.916,94
Faina	2.643	130.861.851,08	-	-	-	-
Fazenda Nova	89	2.024.708,52	-	-	-	-
<b>Cobre (t)</b>	<b>1.432</b>	<b>11.605.000,00</b>	<b>67.665</b>	<b>1.099.561.032,19</b>	<b>75.055,02</b>	<b>1.211.883.385,93</b>
Alto Horizonte	-	-	63.208	1.042.840.992,13	68.299,47	1.102.804.222,30
Americano do Brasil	-	-	-	-	2.090,13	33.748.493,06
Niquelândia	1.432	11.605.000,00	4.457	56.720.040,06	4.665,42	75.330.670,57
<b>Amianto</b>	<b>252.067</b>	<b>258.076.145,15</b>	<b>287.673</b>	<b>332.291.554,14</b>	<b>304.568,80</b>	<b>491.417.346,29</b>
Minaçu	252.067	258.076.145,15	287.673	332.291.554,14	304.568,80	491.417.346,29
<b>Níquel</b>	<b>26.390</b>	<b>1.078.197.482,00</b>	<b>45.013</b>	<b>1.717.687.500,62</b>	<b>65.177,57</b>	<b>2.274.647.347,95</b>
Americano do Brasil	-	-	2.852	60.421.550,00	1.577,47	54.980.192,90
Niquelândia	19.897	812.917.594,00	33.085	1.275.944.791,62	32.372,87	1.128.304.587,26
Barro Alto	6.493	265.279.888,00	9.076	381.321.159,00	31.227,23	1.091.362.567,79
<b>Fosfato</b>	<b>2.521.553</b>	<b>261.724.172,96</b>	<b>1.309.737</b>	<b>347.699.085,41</b>	<b>2.049.545,90</b>	<b>447.102.850,17</b>
Catalão	2.521.553	261.724.172,96	831.557	233.543.964,43	728.812,90	282.953.898,60
Ouvidor	-	-	478.180	114.155.120,98	1.320.733,00	164.148.951,57
<b>Nióbio</b>	<b>5.373</b>	<b>129.264.254,00</b>	<b>4.618</b>	<b>282.429.536,40</b>	<b>13.037,38</b>	<b>334.918.567,01</b>
Catalão	5.373	129.264.254,00	4.618	282.429.536,40	7.586,82	203.241.263,24
Ouvidor	-	-	-	-	5.450,56	131.677.303,77
<b>Valor (subtotal em R\$)</b>		2.093.739.291,08		4.343.247.936,07		5.919.909.022,12



<b>Valor total (R\$)</b>		<b>2.420.029.419,32</b>		<b>5.054.775.638,55</b>		<b>6.754.968.359,07</b>
--------------------------	--	-------------------------	--	-------------------------	--	-------------------------

**Fonte:** DNPM (2009, 2013, 2014).  
**Organização:** Gonçalves; Silva (2016/2017).

Entre 2004 e 2012 (contexto do *superciclo das commodities minerais*), tanto a produção quanto os cálculos da comercialização de substâncias minerais em Goiás conheceram um rápido crescimento. O valor total da comercialização dos minérios explorados no estado saltou de R\$ 2.420.029.419,32 em 2004 para R\$ 6.754.968.359,07 em 2012. Entre os minerais selecionados, o ouro, o níquel, o cobre e o nióbio experimentaram um processo de ascensão acentuado, tanto do ponto de vista do volume extraído quando das cifras comerciais (DNPM, 2013, 2015, 2016; GONÇALVES 2016).

Em 2004, foi extraído 8.552 kg de ouro, enquanto as vendas deste metal precioso resultaram em R\$ 354.872.236,97. Oito anos depois, em 2012, foram 14.956,39 kg de ouro extraídos em Goiás, e um cálculo de R\$ 1.159.939.524,77 do que foi comercializado. (DNPM, 2013, 2015, 2016; GONÇALVES 2016).

Os grandes projetos de extração de níquel responderam por 26.390 toneladas extraídas em 2004 e um valor comercializado de 1.078.197.482,00. No ano de 2012, a produção deste minério (níquel), especialmente nos municípios de Barro Alto e Niquelândia, saltou para 65.177,57 toneladas e um valor arrecadado de R\$ 2.274.647.347,95, resultantes das operações do seu comércio (DNPM, 2013, 2015, 2016; GONÇALVES 2016).

O nióbio explorado pela empresa Anglo América Nióbio Brasil Ltda., com empreendimentos nos municípios de Catalão e Ouidor, também apresentou novas grandezas tanto no volume da produção quanto no valor das comercializações entre 2004 e 2012. 5.373 toneladas foi o volume extraído em 2004, e um valor de R\$ 129.264.254,00 resultantes das transações comerciais do minério no mesmo ano. No decurso da década de 2000, novos elementos como a abertura e expansão da mina Boa Vista, de nióbio, em Catalão, resultaram, em 2012, num volume que ultrapassou mais de duas vezes a produção de 2004, ou seja, 13.037,38 toneladas. No mesmo ano, as cifras da comercialização do nióbio foram de R\$ 334.918.567,01, também maior do que o dobro do valor comercializado em 2004 (DNPM, 2013, 2015, 2016; GONÇALVES 2016).

Entre os minérios extraídos em Goiás, o exemplo do cobre ilustra do crescimento da atividade mineral em Goiás. A exploração deste recurso mineral desempenhou uma posição de destaque tanto em termos de volume extraído quanto dos valores arrecadados com a comercialização. No ano de 2004, foram extraídas 1.432 toneladas de cobre em Goiás, e

arrecado um valor de R\$ 11.605.000,00 com a comercialização. Oito anos depois, desde 2004, e aproveitando o salto para cima na demanda e no preço do cobre no mercado internacional, Goiás e fundamentalmente o município de Alto Horizonte, apresentou um resultado de 75.055,02 toneladas de cobre extraídas no seu território, e R\$ 1.211.883.385,93 resultantes da comercialização (DNPM, 2013, 2015, 2016; GONÇALVES 2016).

Por conseguinte, enquanto presencia-se o incremento dos investimentos e das escalas dos projetos de extração e exportação mineral em Goiás, nos primeiros anos do século XXI, os efeitos socioespaciais dessa atividade expõem os conflitos e as contradições do modelo de extrativismo mineral baseado na grande mineração exportadora, inserida nas redes de produção global de minérios.

Dados disponibilizados pelo Desempenho do Setor Mineral demonstram o comportamento da indústria extrativa mineral em Goiás no ano de 2015, a partir da produção e valores da comercialização (Tabela 2).

**Tabela 2** - Produção mineral e valores da comercialização em Goiás - 2015

Minério	Municípios Produtores	Produção (t e Kg/Ouro)	Comercialização (R\$)*
Amianto	Minaçu	232.051,56	550.442.248,76
Cobre	Alto Horizonte Niquelândia	63.984,71	1.361.303.346,80
Fosfato	Catalão Ouvidor	2.316.566,00	398.301.941,49
Nióbio	Ouvidor	12.740,33	437.357.662,91
Níquel	Barro Alto Niquelândia	48.799,98	1.857.903.267,72
Ouro	Crixás	6.604,79	824.846.047,88

**Fonte:** DNPM, 2016.

Organização: Gonçalves e Silva (2017).

\*O valor da comercialização pode não corresponder à venda do total de cada minério produzido em cada ano (para mais ou para menos).

Uma dos impactos econômicos do aumento da extração e comercialização de minérios, para o estado e mais particularmente para os municípios mineradores em Goiás, desde o início da primeira década do século XXI, tem sido o crescimento da arrecadação de CFEM. Entre 2004 e 2015, o aumento na arrecadação da CFEM em Goiás passou de R\$ 14.314.186,68 em 2004, para R\$ 78.927.914,06 em 2015, contraditoriamente, está concentrado em poucos minérios e possui uma distribuição espacialmente centralizada nos principais municípios extrativos. (Tabela 3).





**Tabela 3** -- Evolução da arrecadação de CFEM em Goiás por municípios e substâncias minerais selecionadas.

<b>ARRECADAÇÃO DE CFEM – MUNICÍPIOS SELECIONADOS</b>				
<b>Municípios</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>2015</b>
Alto Horizonte	-	20.678.108,75	28.791.782,08	24.801.071,20
Minaçu	3.699.650,07	5.170.284,39	8.074.171,97	9.752.419,25
Niquelândia	1.248.980,34	2.457.350,99	2.429.483,26	1.861.255,68
Crixás	2.194.745,62	2.646.556,28	4.234.635,64	4.883.898,87
Barro Alto	129.115,57	2.592.794,94	9.124.065,95	10.607.445,56
Catalão	2.966.495,10	6.106.849,53	7.891.348,49	5.813.434,31
Ouvidor	1.755.796,80	2.138.191,50	3.279.375,79	8.140.892,57
Subtotal (municípios selecionados)	11.994.783,50	41.790.136,38	63.824.863,18	65.860.417,44
<b>Total/Goiás</b>	<b>14.314.186,68</b>	<b>45.345.378,46</b>	<b>73.137.294,14</b>	<b>78.927.914,06</b>
<b>ARRECADAÇÃO DE CFEM – SUBSTÂNCIAS MINERAIS SELECIONADAS</b>				
<b>Substâncias minerais</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>2015</b>
Fosfato	4.328.381,67	7.453.884,75	9.540.594,91	7.743.062,91
Amianto	3.699.650,07	5.169.679,04	8.073.751,81	9.751.110,91
Ouro	3.477.096,99	2.674.593,51	4.237.810,36	7.728.310,65
Níquel	925.725,11	5.734.231,56	11.399.365,72	12.044.300,91
Cobre	-	20.943.755,80	28.791.782,08	24.801.071,20
Nióbio	388.747,10	789.873,95	1.617.509,24	5.971.028,95
Subtotal (municípios selecionados)	12.819.600,94	42.766.018,61	63.660.814,12	68.038.885,53
<b>Total/Goiás</b>	<b>14.314.186,68</b>	<b>45.345.378,46</b>	<b>73.137.294,14</b>	<b>78.927.914,06</b>

**Fonte:** DNPM (2009, 2013, 2015, 2016).

**Organização:** Gonçalves e Silva (2016/2017).

A distribuição espacial da indústria extrativa mineral no território goiano, por meio das cifras da CFEM, revela a concentração desta alíquota e dos minerais extraídos e comercializados em poucos municípios. Em 2004, apenas o fosfato, amianto e ouro responderam por 77,33% do total das arrecadações, e junto aos demais selecionados (com exceção do cobre), por aproximadamente 86,16% das arrecadações em todo o território goiano. No mesmo ano, apenas os municípios de Minaçu, Catalão, Crixás, Ouvidor e Niquelândia, contribuíram com cerca de 79,67% da arrecadação do estado. Em 2008, essa desproporção quanto as arrecadações foi reproduzida, quando apenas os sete municípios selecionados, apresentaram um quantitativo reinante de aproximados 88,7% da totalidade da CFEM arrecada. Diante disso, as alíquotas dos seis minérios destacados tiveram uma posição de destaque, com 94,74% de toda arrecadação. A característica desigual da arrecadação da CFEM no ano de 2012 fez parte, mais uma vez, das atividades extrativas minerais, sendo os mesmos municípios responsáveis por 86,36% das cifras arrecadadas no estado, enquanto as substâncias minerais destacadas nos anos anteriores responderam por um total aproximado de 87,04% da arrecadação no território goiano. Em 2015, os municípios e minerais selecionados voltaram a representar quase a totalidade das arrecadações de CFEM. Apenas sete municípios foram responsáveis pela arrecadação de R\$ 65.860.417,44 do total de R\$ 78.927.914,06. Do mesmo modo, seis substâncias minerais responderam por 68.038.885,53 do total de CFEM arrecadado no estado (DNPM, 2015, 2016; GONÇALVES 2016).

A análise dos dados da produção, comercialização e arrecadação de CFEM em Goiás no período entre 2004 e 2015 revela a participação e a importância do setor para a economia goiano. Expõe, ao mesmo tempo, a relação entre a matéria prima mineral e os processos de apropriação desigual do território do Cerrado.

Enquanto verifica-se a expansão do setor mineral em Goiás e seus efeitos na geração de renda para o estado e os municípios, por outro lado pouca dedicação é atribuída às implicações territoriais deste modelo de exploração do subsolo, da terra, da água e dos trabalhadores. Sendo assim, somada à pilhagem do trabalho, os impactos em Comunidades Camponesas expropriadas ou ameaçadas de expulsão tem defrontado com ações organizativas contra a exaustão dos territórios da vida nas comunidades. Tal fato foi pesquisado em Catalão e Ouvidor, no Sudeste Goiano.

## **Conflitos e a construção das (Re)Existências contra a mineração predatória em Comunidades Camponesas**

A expansão dos grandes projetos de mineração implica na apropriação de novos territórios, impactos ambientais e conflitos com trabalhadores e comunidades. Sendo assim, pesquisas realizadas no município de Catalão, no Sudeste Goiano, revelam as contradições dos grandes empreendimentos de extrativismo mineral.

Os impactos da mineração na vida e no trabalho das famílias camponesas da Comunidade não era tema central nos debates e ações do movimento. No entanto, a partir de 2013 os conflitos socioambientais da mineração também passaram a desempenhar centralidade em ações como seminários, palestras em parceria com pesquisadores do Curso de Geografia da UFG – Regional Catalão e demais universidades goianas e do Brasil, atividades conjuntas com a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB Seção Catalão e sobretudo, com o apoio e participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

O exemplo da atuação de membros da CPT na Comunidade Macaúba e demais Comunidades como Mata Preta e Coqueiros é ilustrativa de uma nova conjuntura questionadora dos impactos e dos conflitos da mineração envolvendo as Comunidades Camponesas em Catalão. No Relatório de Conflitos no Campo – 2014 a CPT registrou 20 famílias da Comunidade Macaúba e outras 20 famílias da Comunidade Mata Preta em situações de conflitos por terra e água com as mineradoras. A presença da CPT também tem contribuído com trabalho de base e participação de atividades desenvolvidas no interior da Comunidade como reuniões dos camponeses e até mesmo audiências públicas nas cidades de Catalão e Ouidor.

A construção das *(Re)Existências* frente aos grandes projetos de extrativismo mineral em Catalão também tem contado com a presença ativa de militantes do MAM. A partir de 2013 atividades de diferentes naturezas têm sido organizadas pelo MAM nas cidades de Catalão/Ouidor e no interior das próprias Comunidades que compõem os municípios. Rodas de conversa, exposição de filmes/documentários, distribuição de cartilhas, coleta e produção de material audiovisual<sup>387</sup>, entrevistas nas rádios locais, publicações de textos críticos no

Brasil de Fato388, debates na UFG – Regional Catalão e cursos de formação de base são exemplos de atividades promovidas pelo MAM.

Essas observações sobre a atuação do MAM em Catalão/Ouvidor ainda podem ser averiguadas através da realização I Curso de formação do MAM/GO entre os dias 24 a 29 de outubro de 2015, na cidade de Catalão, para aproximadamente 50 militantes. O I Curso Básico do MAM/GO teve como centralidade reunir militantes e atingidos pela mineração e dar início a estratégias de articulação para a construção no movimento na região Centro-Oeste.

No decorrer de cinco dias I Curso de formação do MAM/GO contou com atividades como rodas de conversas envolvendo temáticas como Experiências de luta de cada comunidade; A mineração no Brasil: aspectos históricos e o debate conjuntural; Histórias de Lutas e resistências; Os desafios da construção do MAM; Construção das tarefas do MAM na região e nos estados; exposição e discussão de filmes/documentários como “Enquanto o Trem não passa”; “Pensando com Florestan Fernandes” e “Massacre de Marikana”.

Isto posto, a construção das *(Re)Existências* também contam com ações colocadas em práticas por camponeses da própria Comunidade Macaúba. Em dezembro de 2014 uma família camponesa decidiu montar um acampamento próximo a GO 504 e na entrada da estrada principal que dá acesso ao Centro Comunitário da Comunidade Macaúba, também nas proximidades da empresa Vale Fertilizantes. A ação questionou os impactos socioambientais na Comunidade, o descaso das mineradoras com os camponeses e objetivou construir espaços de formação, diálogos com as demais famílias sobre os problemas locais. (Fotos 1 e 2).

**Foto 1** – Camponeses da Comunidade Macaúba e de demais Comunidades Camponesas de Catalão reunidos no “Acampamento Rochedo”, como ficou denominado. Em círculo de diálogo relatam os problemas locais provocados pela mineração e procuram construir estratégias de (Re)Existências e fortalecimento da Comunidade.



**Fonte:** Pesquisa de campo, dezembro de 2014.

**Autor:** Gonçalves (2014).

**Foto 2** - Dinâmica com jovens da Comunidade Macaúba e demais Comunidades de Catalão em um momento de reunião das famílias impactadas pela mineração. Neste dia, pesquisadores do GETeM participaram desta reunião, conversaram sobre o tema e desenvolveram atividades formativas tanto com crianças e adolescentes quanto com os adultos.



**Fonte:** Pesquisa de campo, dezembro de 2014.

**Autor:** Gonçalves (2014).

No decorrer de quase um mês o acampamento serviu como um laboratório de experiências coletivas, onde além das famílias da Comunidade, houve diálogos com pesquisadores do Grupo Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM), jornalistas de Catalão, presença de membros da CPT, representantes do governo municipal e das próprias empresas mineradoras. Para uma das lideranças locais disse que “o acampamento foi um laboratório para nós, serviu para fortalecer os esforços que temos feito para conscientizar as famílias, os nossos jovens. Durante essa experiência muitos passaram por aqui e pararam, conversaram e relataram problemas e desafios que precisam ser de toda a Comunidade. A Comunidade precisa ter união em outras ações. Precisamos trazer os jovens que ainda restam para serem formados. Precisamos das parcerias, da atuação do Ministério Público, dos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente de Catalão, dos pesquisadores e dos movimentos sociais. Precisamos de todos para dar visibilidade ao que as mineradoras estão fazendo com nossa Comunidade”.

A organização coletiva junto aos movimentos sociais como o MCP e o MAM, atuação da CPT, atividades desenvolvidas pelas famílias e as práticas culturais que constituem as territorialidades na Comunidade Macaúba potenciam as *(Re)Existências*. Por consequência, defendem os lugares de vida e trabalho, onde a identidade é territorialmente construída pelo enlace material e imaterial dos sujeitos com sua Comunidade. Sabe-se que a perda do valor

simbólico, atribuído pelos camponeses aos lugares onde vivem, é incapaz de ser mensurado limitando-se ao olhar forjado pelos princípios que a modernidade capitalista oferece, onde tudo se reduz a objetos para a produção de mercadorias e o lucro privado. Portanto, além dos danos materiais que esses sujeitos enfrentam em suas propriedades, a identidade territorialmente construída na relação com a Comunidade Camponesa não pode ser mensurada como objeto economicista.

### **Considerações Finais**

Entende-se a territorialização dos grandes projetos de mineração em Goiás, no Brasil e na América Latina como manifestação empírica da expansão do capitalismo extrativista para novas fronteiras de acumulação. As implicações socioambientais deste processo afetam territórios e trabalhadores, representa a transformação de espaços coletivos da existência em lugares vazios de gentes, impõe a pilhagem das paisagens, da água e solo para extrair minérios e exportá-los conforme as demandas do capital internacional.

Sendo assim, o modelo de mineração baseado em grandes empreendimentos, controlado por mega empresas nacionais e internacionais, dependente da apropriação privada e destruição de ambientes e da força do trabalho não é compatível com o tempo da vida e da história de Comunidades e territórios tradicionais habitados por camponeses, indígenas e quilombolas. Tal fato foi constatado em Comunidades impactadas pela mineração no município de Catalão/GO. Percebeu-se, como na Comunidade Macaúba, que o extrativismo mineral representa a erosão completa das paisagens, água e qualidade socioambiental local, cujo equilíbrio possibilita a reprodução da vida comunitária.

Há aproximadamente três décadas que os moradores da Comunidade Macaúba estão sendo confrontados pelos problemas provocados pela mineração e, isso significa impactos na existência concreta e substantiva dos sujeitos. Por conseguinte, ainda não é tarde para dedicar maior atenção e desvelar a pilhagem dos territórios, os efeitos socioambientais e os conflitos promovidos pela atividade mineradora na Comunidade Macaúba, no substrato objetivo e subjetivo que são os lugares da existência e trabalho dos camponeses e camponesas que ainda vivem na/da terra.



## Referências

DNPM. **Sumário Mineral**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, 2009.

DNPM. **Sumário Mineral**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, 2013.

DNPM. **Sumário Mineral**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, 2014.

DNPM. **Sumário Mineral**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, 2015.

DNPM. **Sumário Mineral**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, 2016.

GONÇALVES, R. J. de A. F. **No horizonte, a exaustão**: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 504f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, 2016.

\_\_\_\_\_. Et.al. No horizonte, a exaustão. O contexto da mineração no Brasil: mudanças globais, mudanças locais. In: MENDONÇA, Maria Luisa.; STEFANO, Daniela. **Direitos Humanos no Brasil 2015**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 119-130.

GUDYNAS, E. **Extractivismos**: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. CLAES, 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

NERUDA, P. **Canto Geral**. Tradução de Paulo Mendes Campos. São Paulo; Círculo do Livro S.A, 1980.

PETRAS, J. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 301-323, 2014.

MME. **Proposta de novo marco regulatório da mineração**. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2010.



MME. **Plano Nacional de Mineração 2030**. Brasília: Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, 2011.

SANTOS, R. S. P. **Tributação & fundos sociais minerais**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Justiça nos Trilhos, 2012.